



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará



## CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DA CARREIRA DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

### Edital nº. 14/2018

NOME DO(A) CANDIDATO(A) \_\_\_\_\_

Nº DE INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_

Auditor

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES NESTA PÁGINA

**\* Você recebeu do fiscal o seguinte material:**

- Este Caderno de Questões com o enunciado das 60 (sessenta) questões da prova objetiva.
- uma Folha de Respostas, destinada às respostas das questões da prova objetiva.

**\*tempo de duração da prova objetiva** será de 3h 30min.

**\*É responsabilidade do candidato** certificar-se de que recebeu a prova correspondente ao cargo para o qual concorre e que na Folha de Respostas constam os seus dados corretos. Notifique o fiscal qualquer irregularidade.

**\*SOMENTE APÓS AUTORIZADO O INÍCIO DA PROVA,** VERIFIQUE SE ESTE CADERNO DE QUESTÕES ESTÁ COMPLETO E EM ORDEM. NOTIFIQUE O FISCAL SOBRE QUALQUER IRREGULARIDADE IMEDIATAMENTE.

**\*FOLHEAR O CADERNO DE QUESTÕES ANTES DO INÍCIO DA PROVA IMPLICA NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO.**

**\*Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas,** à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

**\*Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas** para NÃO DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR.

**\* Ao candidato somente será permitido** levar o Caderno de Questões 1 (uma) hora antes do horário

previsto para término da prova (Item 10.14, alínea "c" do edital).

**\*Será ELIMINADO do Concurso o candidato que:**

a) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, media player, agenda eletrônica, tablet, receptor, gravador, controle de alarme de carro, etc.), quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova (Item 10.15, alínea "c" do edital).

b) ausentar-se da sala de prova, durante o período de realização de sua prova, portando o caderno de questões da prova objetiva, a folha de respostas da prova objetiva ou qualquer equipamento eletrônico (Item 10.15, alínea "i" do edital).

c) fizer anotação de informações relativas às suas respostas da prova objetiva em qualquer meio (Item 10.15, alínea "f" do edital).

**\*Quando terminar, entregue obrigatoriamente ao fiscal a Folha de Respostas.** A entrega do Caderno de Questões é obrigatória se o candidato terminar a prova antes de faltar 1 (uma) hora para o término desta.

**\*NÃO DEIXE DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

**\*Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que descumprir as instruções contidas no caderno de questões da prova objetiva e na folha de respostas da prova objetiva (Item 10.15, alínea "j" do edital).**

## ◆ LÍNGUA PORTUGUESA ◆

As questões de 01 a 12 referem-se ao texto a seguir.

### **"O certo a ser feito": as marcas do utilitarismo no nosso dia-a-dia**

Por Carlos Henrique Cardoso

Ultimamente tenho analisado e refletido sobre a situação política do país e sua judicialização. Enxergo muito dos princípios do utilitarismo instaurados nos desejos de boa parte dos cidadãos. Enxergo o que? Como assim?

O utilitarismo é uma teoria social desenvolvida pelo jurista, economista, e filósofo Jeremy Bentham, lá pelos fins do século XVIII e início do XIX. Essa teoria também foi objeto de estudo do filósofo John Stuart Mill. Tem como princípio a busca do prazer e da felicidade, mas também satisfazer os indivíduos na coletividade, almejando benefícios, onde as leis seriam socialmente úteis e as escolhas mais corretas. Alguns testes e dinâmicas de grupo também utilizam conceitos de base utilitarista, pautadas nas melhores escolhas para cada situação posta com a finalidade de encontrarmos um bem comum a todos.

Um exemplo. No único hospital de uma pequena cidade, há apenas uma máquina de hemodiálise e quatro doentes renais. As características sociais, econômicas, profissionais, familiares, e pessoais de cada um são apresentadas e faz-se a pergunta: qual deles merece ser salvo para que possa utilizar o equipamento? Após um pequeno debate, chega-se à conclusão e as razões para que aquele felizardo seja o escolhido. Ou seja, o intuito é tomar decisões para obter o melhor resultado para todos.

O utilitarismo pode ser transposto para o nosso cotidiano e sua doutrina ética pode estar incrustada em vários fatos e decisões. Sua aplicação pode ser considerável diante de fatores que venham a ocorrer e se tornar aceitável para diversos setores sociais.

Digamos que comecem a aparecer pessoas feridas por rajadas de metralhadora nas ruas de um município e que muitos testemunharam um homem portando essa arma por aí. As autoridades partem a sua busca, mas não o encontram em lugar nenhum. E novas pessoas são baleadas. Com o rumo das investigações, familiares do suspeito são localizados. Como não informam seu paradeiro, os policiais passam a torturar seus pais, irmãos, e outros parentes a fim de obterem respostas ou pistas para sua descoberta. Dias depois, o “louco da metralhadora” é encontrado. A tortura é proibida por lei, mas sua utilização foi justificada pelo bem-estar público, ou seja, “o certo a ser feito”. Um cálculo que foi interpretado como moralmente aceitável por muitos que consideram aquela postura adequada para que mais ninguém fosse alvejado. Mesmo que jamais fosse preciso tomar tal atitude para um crime ser desvendado. Um princípio utilitarista.

E assim observo muitas atitudes manifestadas por seguimentos de nossa população. Na véspera da decisão do Supremo Tribunal Federal em conceder ou não o Habeas Corpus para o ex-presidente Lula, grupos pediam que o STF não concedesse o HC porque Lula “tinha que ser preso”, pois já havia sido condenado. Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei. O que imperava era a vontade popular, o desejo de ver alguém que aprenderam a detestar, encarcerado. Importava menos o previsto em lei e mais “a voz das ruas”.

Declarações de ministros e ex-ministros do STF engrossaram os manifestos. “Temos que ouvir a voz das ruas”, “o sentimento social”, e “o clamor popular” foram termos utilizados pelos ocupantes da Suprema Corte. Apesar das decisões judiciais não serem pautadas, obviamente, pelas vontades do povo profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juizes, como termômetro a medir algum “choque térmico” entre a conclusão dos processos e os anseios sociais amparados pelas paixões e ódios. Uma linha tênue entre a lei e “o certo a ser feito”. Reflexões realizadas no calor dos acontecimentos podem influenciar atos finais moralmente justificáveis. Um receio calcado em posturas utilitaristas.

Essas condutas são visíveis quando qualificam defensores dos Direitos Humanos – que seguem resoluções ratificadas por órgãos internacionais – como “defensores de bandidos”. Isso porque “o pessoal” dos Direitos Humanos defendem medidas previstas em leis e na Constituição Federal. Curioso que muitos dos críticos se referem aos Direitos Humanos como se fosse uma ONG, uma entidade representativa, com CNPJ, sede, funcionários (“o pessoal”) que se reúnem frequentemente em torno de uma grande mesa e passam a discutir políticas de apoio a assassinos, estupradores, e ladrões – uma espécie de “Greenpeace” voltado para meliantes. Com isso, proporcionam reflexões equivocadas sobre como devem ser tratados detentos, como a justiça deve agir com acusados de crime hediondo, ou como nossos policiais devem ser protegidos em autos de resistência ou intervenções repressoras. Tudo para alcançar o bem-estar social e “o certo a ser feito”. E a lei? Que se lasque!! Atos para que o “cidadão de bem” fique protegido das mazelas sociais e que se cumpra a vontade popular acima de qualquer artigo, parágrafo, inciso, ou decreto. Enquanto não se reestrutura o nosso defasado Código Penal, podemos bradar juntos as delícias de um Estado Utilitarista.

<https://www.soteroprosa.com/inicio/author/Carlos-Henrique-Cardoso>. Acessado em 28/01/2019 (Com adaptação)

### **QUESTÃO 1**

É **CORRETO** afirmar que o autor do texto, em relação ao tema apresentado, objetiva provocar no leitor:

- A) um alheamento sobre a importância do utilitarismo nas decisões judiciais.
- B) uma valorização da opinião pública em relação ao judiciário e suas deliberações.
- C) uma observação sobre a judicialização de decisões políticas baseadas na ética utilitária.
- D) uma crítica explícita ao código penal e à influência do utilitarismo nas decisões judiciais.
- E) um engajamento da sociedade em relação às medidas que afetam a comunidade como um todo.

### **QUESTÃO 2**

Leia o período a seguir e assinale a única alternativa **CORRETA**.

"Apesar das decisões judiciais não serem pautadas, obviamente, pelas vontades do povo, profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes, como termômetro a medir algum “choque térmico” entre a conclusão dos processos e os anseios sociais amparados pelas paixões e ódios. (7º parágrafo, com adaptações)

De acordo com as informações do período acima, no contexto em que ocorrem, é correto afirmar que:

- A) o autor defende a tese de que a comoção social é determinante para as decisões judiciais no Brasil contemporâneo.
- B) ao se referir às ruas e aos juízes, o autor chama atenção para a necessidade de o Poder Judiciário se aproximar das camadas mais pobres da sociedade.
- C) o autor afirma que as decisões judiciais devem buscar isenção, ao evitar a influência da opinião pública.
- D) ao fazer uso de palavras como "paixões" e "ódios", o autor defende a humanização do judiciário.
- E) a expressão "choque térmico" foi utilizada denotativamente pelo autor para referir-se aos conflitos entre opinião pública e ordenamento jurídico.

### QUESTÃO 3

"Judicialização é um fenômeno mundial por meio do qual importantes questões políticas, sociais e morais são resolvidas pelo Poder Judiciário ao invés de serem solucionadas pelo poder competente, seja este o Executivo ou o Legislativo."( Sâmea Luz Mansur)

Ao refletir sobre a situação política do país e sua judicialização, o autor fundamenta-se nos princípios do utilitarismo. Essa teoria social:

- A) consiste na ideia de que uma ação só pode ser considerada moralmente correta se as suas consequências promoverem o bem-estar coletivo.
- B) baseia-se no alinhamento entre o moralmente aceitável, o clamor popular e o cumprimento da lei.
- C) defende a ideia de que "o certo a ser feito" depende de decisão colegiada dos três poderes.
- D) não leva em consideração o previsto em lei nem características sociais, econômicas, profissionais, familiares, e pessoais de cada um.
- E) considera os Direitos Humanos uma entidade representativa que discute políticas de apoio a assassinos, estupradores e ladrões.

### QUESTÃO 4

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto aos recursos linguísticos empregados no texto.

- A) No período, "Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei.". (6º parágrafo), o sujeito da primeira oração está preposicionado, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.
- B) No período, "Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei.". (6º parágrafo), a primeira oração estabelece uma relação de concessão em relação à segunda.
- C) Em "Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei." (6º parágrafo), o elemento coesivo que inicia o período, pode ser substituído pela conjunção "consoante", sem prejuízo quanto ao sentido e à correção gramatical.
- D) No excerto "Como não informam seu paradeiro, os policiais passam a torturar seus pais, irmãos, e outros parentes **a fim** de obterem respostas ou pistas para sua descoberta."(5º parágrafo), o termo em negrito está incorretamente grafado, a forma culta é "afim"
- E) A alternância de verbos na terceira pessoa do singular e primeira do plural denota um afastamento entre emissor e receptor.

### QUESTÃO 5

Com base nos aspectos gramaticais e estilísticos presentes no período "*Curioso que muitos dos críticos se referem aos Direitos Humanos como se fosse uma ONG, uma entidade representativa, com CNPJ, sede, funcionários ("o pessoal") que se reúnem frequentemente em torno de uma grande mesa e passam a discutir políticas de apoio a assassinos, estupradores, e ladrões – uma espécie de "Greenpeace" voltado para meliantes*", julgue os itens abaixo:

- I. A flexão das formas verbais "*reúnem*" e "*passam*" no plural, usadas como recursos de estilo, classificam-se como silepse de número.

II. A forma verbal "**reúnem**", mesmo depois do novo acordo ortográfico, continua recebendo acento agudo de acordo com a regra dos hiatos.

III. Em "(...) políticas de apoio **a** assassinos, estupradores, e ladrões (...)", o termo grifado, morfológicamente, classifica-se como preposição.

Está correto o que se afirma no (nos) item (itens):

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III apenas
- D) II e III apenas.
- E) I, II e III.

### **QUESTÃO 6**

Com base nos aspectos linguísticos, morfossintáticos e sintático-semânticos presentes no período "*Sua aplicação pode ser considerável diante de fatores que venham a ocorrer e se tornar aceitável para diversos setores sociais*", julgue os itens abaixo.

I. As palavras "*considerável*" e "*aceitável*" referem-se ao vocábulo "aplicação", por isso estão no singular.

II. A palavra "*aceitável*" refere-se ao vocábulo "fatores", por isso deveria estar no plural.

III. As palavras "*aceitável*" e "*tornar*" referem-se ao vocábulo "fatores", por isso deveriam estar no plural.

Está **CORRETO** o que se afirma no (nos) item (itens):

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I, II e III.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

### **QUESTÃO 7**

"Essas condutas são visíveis quando qualificam defensores dos Direitos Humanos – que seguem resoluções *ratificadas* por órgãos internacionais – como "defensores de bandidos."":

Do ponto de vista semântico, marque a **ÚNICA** alternativa que estabelece, com o vocábulo grifado no período acima, uma relação sinonímica.

- A) Emendadas.
- B) Refundidas.
- C) Arrumadas.
- D) Sancionadas.
- E) Invalidadas.

### QUESTÃO 8

Com base no emprego da acentuação gráfica do vocábulo “*que*”, no primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Por se tratar de pronome átono, ele não recebe acento gráfico.
- B) O vocábulo “*que*” deve receber acento agudo antes de ponto, conforme a regra de acentuação.
- C) O uso de acento agudo, no vocábulo “*que*”, é facultativo diante de ponto de interrogação.
- D) O pronome relativo “*que*” deve receber acento grave antes de ponto.
- E) No início ou fim de frase, antes de ponto, o vocábulo “*que*” deve ser acentuado graficamente.

### QUESTÃO 9

“Na véspera da decisão do Supremo Tribunal Federal em conceder ou não o Habeas Corpus para o ex-presidente Lula, grupos pediam que o STF não concedesse o HC *por que* Lula “*tinha que ser preso*”, pois já havia sido condenado”.

Julgue as afirmativas a seguir e assinale a única alternativa **CORRETA** sobre o emprego do vocábulo em negrito no excerto acima.

I- Ao se substituir o vocábulo em destaque pela conjunção **porque**, modifica-se o sentido e torna-se o excerto gramaticalmente correto.

II- O pronome relativo, precedido de preposição, empregado no excerto acima, expressa a ideia de que Lula tinha que ser preso por causa do Habeas Corpus.

III- Altera-se o sentido, mas mantém-se a correção gramatical ao se substituir o vocábulo em negrito pela forma “*pelo qual*”, no excerto acima.

- A) Todas estão corretas.
- B) I e II estão corretas.
- C) I e III estão corretas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

### QUESTÃO 10

“*Apesar das decisões judiciais não serem pautadas, obviamente, pelas vontades do povo, profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes (...)*”

Sobre o emprego dos sinais de pontuação do excerto acima, é **CORRETO** afirmar que:

- A) ele não apresenta desvios gramaticais quanto ao emprego dos sinais de pontuação.
- B) por se tratar de oração relativa explicativa, a estrutura “*que interpretam as leis*” deveria estar obrigatoriamente entre vírgulas.
- C) na estrutura “*que interpretam as leis*”, a ocorrência da vírgula é obrigatória antes do pronome relativo para tornar o excerto gramaticalmente correto.

D) por exercer a função de sujeito da segunda oração, o vocábulo “*profissionais*” deveria estar entre vírgulas.

E) Como o segmento se inicia com oração subordinada, o uso da vírgula é obrigatório após o vocábulo “*povo*”.

### **QUESTÃO 11**

“Sua aplicação pode ser considerável diante de fatores *que* venham a ocorrer e se tornar aceitável para diversos setores sociais.” (4º parágrafo).

O elemento grifado no período acima pode ser substituído, preservando-se a correção gramatical e o sentido, por:

- A) aos quais
- B) cujos
- C) os quais
- D) de que
- E) nos quais

### **QUESTÃO 12**

O fragmento que constitui, no texto, um exemplo de uso figurado da linguagem encontra-se na alternativa:

- A) “O utilitarismo é uma teoria social desenvolvida pelo jurista, economista, e filósofo Jeremy Bentham, lá pelos fins do século XVIII e início do XIX” (2º parágrafo)
- B) “No único hospital de uma pequena cidade, há apenas uma máquina de hemodiálise e quatro doentes renais”. (3º parágrafo).
- C) “A tortura é proibida por lei, mas sua utilização foi justificada pelo bem-estar público”. (5º parágrafo).
- D) “(...) profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes”. (7º parágrafo).
- E) “Com isso, proporcionam reflexões equivocadas sobre como devem ser tratados detentos, como a justiça deve agir com acusados de crime hediondo”. (8º parágrafo).

## **◆ LEGISLAÇÃO E ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO ◆**

### **QUESTÃO 13**

Acerca da República Federativa do Brasil e dos princípios fundamentais, com base na constituição federal de 1988, julgue os itens a seguir:

I- A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios, e do distrito federal e dos territórios.

II- O pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são alguns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

III- A soberania, a cidadania e a independência nacional são alguns dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

IV- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da soberania e da dignidade da pessoa humana dentre outros.

A) Os itens I, II e III são verdadeiros.

B) Os itens I e II são verdadeiros.

C) Apenas o item II é falso.

D) Os itens I, II e IV são verdadeiros.

E) Todos os itens são falsos.

#### **QUESTÃO 14**

Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, e, locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

C) a lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem.

D) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do congresso nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

#### **QUESTÃO 15**

Aquiles, servidor público há exatos 02 (dois anos), foi designado para presidir processo administrativo disciplinar instaurado pela servidora Nina, autoridade competente, para apurar as irregularidades supostamente cometidas pelo servidor Cauby.

Considerando a situação hipotética narrada e as disposições legais e constitucionais acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir:

I- Aquiles poderá presidir o referido processo administrativo disciplinar, desde que sejam designados mais outros dois servidores para comporem, junto com Aquiles, comissão processante.

II- A comissão de processo administrativo a ser designada para apurar os fatos imputados ao servidor Cauby deve ser composta por 04 (quatro) membros, sendo um deles o secretário, no caso de processo administrativo disciplinar de rito ordinário.

III- Se o servidor Cauby for processado criminalmente pelas irregularidades que supostamente cometeu na condição de servidor público, não deve contra ele se instaurado processo administrativo disciplinar, sob pena de o mencionado servidor ser punido duas vezes pelo mesmo fato.



IV- Se as irregularidades cometidas por Cauby consistirem em participar da gerência ou administração de sociedade privada e inassiduidade habitual, estará Cauby sujeito a, no máximo, 30 dias de suspensão como penalidade.

- A) Os itens I e II são verdadeiros.
- B) Os itens I e IV são verdadeiros.
- C) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.
- E) Todos os itens são falsos.

### **QUESTÃO 16**

O aclamado e polêmico filme “BIRD BOX”, estrelado pela atriz Sandra Bullock, com base no livro de Josh Malerman tem provocado críticas e elogios do público. Suponha que a situação de caos que permeia todo o filme, ameaçando a segurança de todos, perturbando a ordem pública e causando a morte de muitos ocorresse no Brasil, indo por todo o Nordeste e alastrando-se por outras regiões do país. No Ceará, na cidade de Fortaleza, trabalha o senhor Nepomuceno das Cruzes, em um órgão público regido pela lei 8.666/93. A partir do momento hipotético em que o caos se instalasse na região, criando desordem total e ameaça à vida de todos os cearenses, o senhor Nepomuceno poderia declarar que as licitações:

- A) seriam inexigíveis, na hipótese do artigo 24 da Lei 8.666/93.
- B) seriam dispensáveis, na hipótese do art. 25 da Lei 8.666/93.
- C) seriam dispensáveis, na hipótese do art. 24 da Lei 8.666/93.
- D) seriam canceladas, na hipótese do art. 27, da Lei 8.666/93.
- E) seriam inexigíveis, na hipótese do art. 23 da Lei 8.666/93.

### **QUESTÃO 17**

Os contratos regidos pela lei nº 8.666/93 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos seguintes casos, **EXCETO**:

- A) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- B) quando conveniente à substituição da garantia de execução.
- C) quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- D) quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- E) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

## **QUESTÃO 18**

A Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. A Tabela abaixo apresenta um recorte da estrutura de vencimentos básicos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Nível de Classificação →		E			
Níveis de Capacitação →		I	II	III	IV
Padrão de vencimento (PISO EI)	P31	1			
	P32	2	1		
	P33	3	2	1	
	P34	4	3	2	1
	P35	5	4	3	2
	P36	6	5	4	3
	P37	7	6	5	4
	P38	8	7	6	5
	P39	9	8	7	6
	P40	10	9	8	7
	P41	11	10	9	8
	P42	12	11	10	9
	P43	13	12	11	10
	P44	14	13	12	11
	P45	15	14	13	12
	P46	16	15	14	13
	P47		16	15	14
P48			16	15	
P49				16	

Em 10 de julho de 2017, os servidores Ana, Bruno e Cosme ingressaram no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará para o cargo de Contador. A servidora Ana, profissional muito competente, foi servidora pública federal por mais de 15 anos em outro órgão, onde realizou vários cursos de capacitação. Os servidores Bruno e Cosme concluíram o Curso de Contabilidade no final de 2016 e estão no seu primeiro emprego. Acerca da situação hipotética apresentada e com auxílio da Tabela acima, analise as afirmações abaixo:

I. A servidora Ana ingressou no nível de capacitação IV, enquanto que os servidores Bruno e Cosme, ingressaram no nível de capacitação I.

II. O desenvolvimento dos servidores Ana, Bruno e Cosme na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de classificação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

III. Em 20 de janeiro de 2019, após obter resultado satisfatório na sua avaliação de desempenho e concluir seus cursos de capacitação com carga horária mínima exigida em lei, o servidor Bruno solicitou Progressão por Mérito e Progressão por Capacitação. Logo, seu padrão de vencimento passará a ser o P33.

IV. No mesmo dia (20 de janeiro de 2019), o servidor Cosme solicitou apenas Progressão por Mérito, uma vez que obteve resultado satisfatório na sua avaliação de desempenho, mas não realizou seus cursos de capacitação no período. Então, seu padrão de vencimento será o P32.

V. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação dos servidores Ana, Bruno e Cosme.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) II, III e V.
- D) III, IV e V.
- E) II, III, IV e V.

### **QUESTÃO 19**

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **EXCETO**, quando houver compatibilidade de horários:

- A) de três cargos de professor.
- B) de dois cargos de professor com outro, técnico ou científico.
- C) de três cargos técnicos ou científicos.
- D) de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- E) de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e um de professor.

### **QUESTÃO 20**

É dever do servidor público, **EXCETO**:

- A) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- B) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- C) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.
- D) comunicar, em até 48 horas, a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- E) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.

### **QUESTÃO 21**

Acerca do processo administrativo, julgue os itens a seguir:

I- Devido ao princípio da inércia administrativa, o processo administrativo só pode iniciar-se a pedido de interessado.

II- No processo administrativo será observado o critério de proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

III- Expor os fatos conforme a verdade e não agir de modo temerário são alguns dos deveres dos administrados perante a Administração.

IV- Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

- A) Os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas o item I é falso.
- C) Todos os itens são verdadeiros.
- D) Os itens I e IV são falsos.
- E) Os itens I, II e III são falsos.

### **QUESTÃO 22**

De acordo com a lei nº 8.429/92, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, **EXCETO**:

- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- B) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- C) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- E) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

## **◆ RACIOCÍNIO LÓGICO ◆**

### **QUESTÃO 23**

Ângela, Bruna, Carol e Denise são quatro amigas com diferentes idades. Quando se perguntou qual delas era a mais jovem, elas deram as seguintes respostas:

- Ângela: Eu sou a mais velha;
- Bruna: Eu sou nem a mais velha nem a mais jovem
- Carol: Eu não sou a mais jovem
- Denise: Eu sou a mais jovem.

Sabendo que uma das meninas não estava dizendo a verdade, a mais jovem e a mais velha, respectivamente, são:

- A) Bruna é a mais jovem e Ângela é a mais velha.
- B) Ângela é a mais jovem e Denise é a mais velha.
- C) Carol é a mais jovem e Bruna é a mais velha.
- D) Denise é a mais jovem e Carol é a mais velha.
- E) Carol é a mais jovem e Denise é a mais velha.

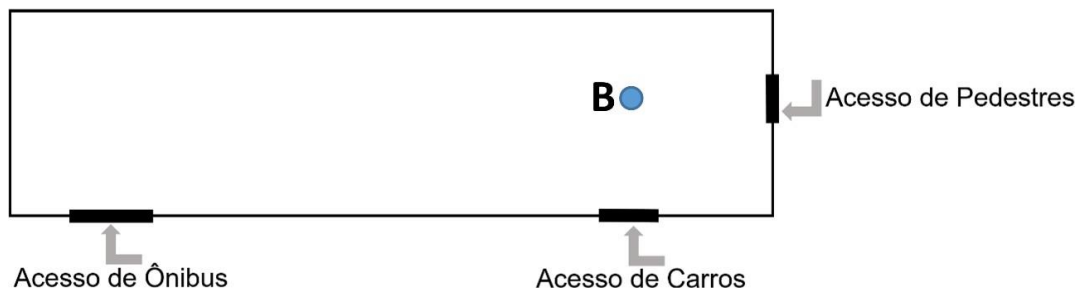
### **QUESTÃO 24**

$\sqrt{5}\%$  de  $4\sqrt{5}\%$  é:

- A) 0,2%
- B) 2%
- C) 20%
- D) 2,5%
- E) 25%

### **QUESTÃO 25**

O Campus Belém do IFPA possui três acessos que são utilizados com frequência, como mostra a figura abaixo:



Em cada acesso, um vigilante se desloca para fazer a ronda em todo o campus. Considerando que o vigilante do “acesso de pedestres” passa pelo ponto B de 2 em 2 horas, o vigilante do “acesso de carros” pelo ponto B de 3 em 3 horas e o vigilante do “acesso de ônibus” passa pelo ponto B de 4 em 4 horas. Sabendo que os três vigilantes se encontram no ponto B às 22:00, qual será o próximo horário de encontro dos três vigilantes?

- A) 10:00
- B) 8:00
- C) 6:00
- D) 3:00
- E) 1:00

### **QUESTÃO 26**

A soma dos inteiros positivos  $a_1 + a_2 + a_3 + \dots + a_{49}$  é igual a 999. Os possíveis valores do máximo divisor comum (mdc) da soma dada, são:

- A) 5, 7 ou 11.
- B) 3, 5 ou 9.
- C) 2, 3 ou 5.
- D) 2, 5 ou 7.
- E) 1, 3 ou 9.

### **QUESTÃO 27**

Em 2014, na cidade de São Borja – RS, surgiu uma melancia cujo tamanho era 7 vezes maior do que uma melancia normal. O técnico em agrícola que avaliou a melancia gigante afirmou que uma melancia normal pesa, em torno, de 10 kg e sua composição é de 99% de água. Devido à exposição ao sol e calor, ao final do dia a melancia gigante possuía 98% de água. Considerando que a melancia gigante teve perda somente de água, ao final do dia a melancia pesava:

- A) 68,6 kg.
- B) 35 kg.
- C) 69,3 kg.
- D) 67,9 kg.
- E) 56 kg.

### **QUESTÃO 28**

Considerando que  $x + \frac{1}{y} = 12$  e  $y + \frac{1}{x} = \frac{3}{8}$ . O menor valor do produto  $x \cdot y$  é:

- A) 2.
- B) 1/2.
- C) 3.
- D) 1/3.
- E) 1.

### **QUESTÃO 29**

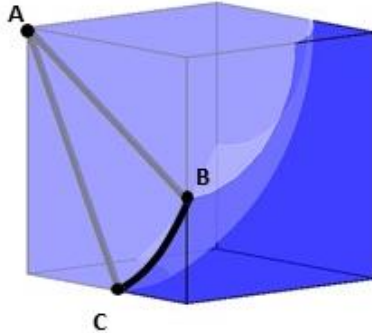
Um programador, antes de rodar um programa, fez uma estimativa no computador para ver o tempo para finalizar a tarefa. No caso, o resultado dado pelo computador foi de 7.776.000 segundos, que em dias são:

- A) 24 dias
- B) 36 dias
- C) 54 dias
- D) 72 dias
- E) 90 dias

### QUESTÃO 30

Dado um cubo unitário, construiu-se uma esfera de raio  $\frac{2\sqrt{3}}{3}$  centrada no ponto **A**. Então o comprimento do arco **BC** resultante da intersecção entre as superfícies da esfera e do cubo é:

- A) 1
- B)  $\frac{\sqrt{3}}{9}\pi$
- C)  $\frac{2\sqrt{3}}{9}\pi$
- D)  $\frac{\sqrt{3}}{2}\pi$
- E)  $\frac{2\sqrt{3}}{3}\pi$



### ◆ CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA ◆

### QUESTÃO 31

As alternativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- A) o Teclado é responsável por inserir dados no computador para que sejam processados.
- B) o estabilizador é um equipamento que tem a função de proteger aparelhos eletrônicos das variações de tensão que recebe da rede elétrica.
- C) o equipamento nobreak também é responsável por alimentar os dispositivos, em caso de falta de energia elétrica, através de baterias.
- D) a Fonte de Alimentação é um equipamento que recebe energia da rede elétrica (110 ou 220 Volts) e gera as tensões contínuas, necessárias ao funcionamento interno do computador e seus componentes, mesmo com a falta da energia elétrica.
- E) o monitor é um dispositivo responsável por transmitir informações geradas pela placa de vídeo.

### QUESTÃO 32

Nos computadores está presente uma tecnologia que permite o reconhecimento e configuração automática de dispositivo quando instalado, trata-se de:

- A) link.
- B) plugin.
- C) plug and play.
- D) processador.
- E) browser.

### **QUESTÃO 33**

Analise as seguintes afirmativas abaixo sobre os objetivos do *Firewall*:

I - Todo o tráfego de fora para dentro, e vice-versa, passa por um firewall.

II - Somente o tráfego autorizado, como definido pela política de segurança local, poderá passar.

III- Próprio firewall é imune à penetração.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

A) I e II apenas.

B) I e III, apenas.

C) I apenas.

D) II e III apenas.

E) I, II e III.

### **QUESTÃO 34**

Analise as seguintes afirmativas abaixo sobre as formas de salvar um documento no Writer pertencente ao pacote LibreOffice.

I - Pressione **Control + S**

II - Clique no botão **Salvar** na barra de ferramenta principal.

III- Escolha **Editar → Salvar**

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

A) I e II apenas.

B) I e III, apenas.

C) I apenas.

D) II e III apenas.

E) I, II e III.

### **QUESTÃO 35**

No Microsoft Excel, versão português do Office 2013, a função =AGORA( ) retorna:

A) dia da semana.

B) somente hora.

C) somente ano.

D) somente segundos.

E) data e a hora atuais.



◆ CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ◆

**QUESTÃO 36**

O Programa é um instrumento de organização da Ação Governamental que articula um conjunto de iniciativas públicas e privadas, que visam à solução de um problema ou ao atendimento de demanda da Sociedade, sendo mensurado por indicadores, metas regionalizadas e custos estabelecidos no Plano Plurianual - PPA. Cada programa identifica as ações necessárias para atingir os seus objetivos, especificando os respectivos valores e metas. Assinale nas alternativas a seguir, o tipo de ação que: visa à manutenção dos serviços públicos ou administrativos já existentes; resulta em produto necessário à manutenção de ação do governo; e é permanente e contínuo no tempo:

- A) diretriz
- B) dimensão
- C) atividade
- D) projeto
- E) operação especial

**QUESTÃO 37**

Segundo a classificação pela natureza econômica, a receita orçamentária classifica-se em: receitas correntes e receitas de capital. Analise o quadro a seguir descrito, e em seguida responda o que se pede:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	VALOR EM REAIS
Receita Patrimonial	700.000,00
Receita de Operações de Crédito	3.500.000,00
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	4.100.000,00
Receita Industrial	300.000,00
Receita de Serviços	1.100.000,00
Receita de Alienação de Bens	600.000,00
Receita de Amortização de Empréstimos	400.000,00
Receita de Contribuições	200.000,00
Transferências Correntes	2.700.000,00

O total das Receitas Correntes está em:

- A) R\$ 7.000.000,00
- B) R\$ 8.100.000,00
- C) R\$ 8.800.000,00
- D) R\$ 9.100.000,00
- E) R\$ 9.500.000,00

**QUESTÃO 38**

Analise as assertivas de I a IV, e em seguida, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. O Princípio da generalidade, é quando o orçamento é elaborado e nele deve conter as atividades econômicas de uma administração (todas as receitas e despesas).
- II. O Princípio da Exclusividade é aplicado quando a lei orçamentária anual é elaborada e nela, só pode conter assuntos relativos a previsão da receita e a fixação das despesas. Exceções: abertura de crédito suplementares e a contratação de operações de crédito.
- III. O Princípio da Uniformidade é a manutenção dos critérios para os cálculos da Receita e das Despesas, visando análise gerencial de uma gestão.

IV. O Princípio do Orçamento Bruto estabelece que não é permitido apresentar no orçamento valores deduzidos, mas sim pelo seu valor bruto, ainda que as deduções sejam de natureza legal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) I, II, III e IV, estão corretas.
- B) I, II, e III, estão corretas.
- C) I, III e IV, estão corretas.
- D) II, III e IV, estão corretas.
- E) III e IV, estão corretas.

### **QUESTÃO 39**

As fases ou etapas da despesa orçamentária podem ser divididas em: etapas do planejamento da despesa, em que podemos ter duas informações: dotação inicial e a dotação atualizada; e a fase da execução da despesa orçamentária, aqui dividindo-se em: empenho, liquidação e pagamento. Em virtude de dificuldades de arrecadação e/ou gestão administrativa, por exemplo, algumas despesas orçamentárias ficam pendentes de serem quitadas até o dia 31 de dezembro do exercício em curso, em função disso, esses valores são chamados de restos a pagar. Segundo o art.36 da lei 4.320/64 os restos a pagar, para serem encontrados, relacionam duas fases ou etapas da despesa orçamentária. Assinale a alternativa que atenda ao conceito de restos a pagar, segundo o art. 36 da lei 4.320/64:

- A) é a dotação atualizada, menos a despesa empenhada.
- B) é a despesa empenhada, menos a despesa paga.
- C) é a despesa empenhada, menos a despesa liquidada.
- D) é a despesa liquidada, menos a despesa paga.
- E) é a dotação liquidada, menos o saldo de dotação.

### **QUESTÃO 40**

Analisar o quadro a seguir descrito, e em seguida responder o que se pede:

EVENTOS	VALOR EM REAIS
Receita de Rendimentos Financeiros	310.000,00
Ganhos na Equivalência Patrimonial	180.000,00
Aquisição de Material de Consumo	210.000,00
Operação de Crédito Realizada (financiamento obtido)	620.000,00
Receita de Serviços Prestados	570.000,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	150.000,00
Depreciação do período	110.000,00
Variação Monetária Ativa	120.000,00
Despesa com Serviços Prestados - Pessoa Jurídica do período	220.000,00
Receita de Aluguéis do período	150.000,00
Ganho na Alienação de Bens Móveis	30.000,00
Despesa de Pessoal do período	560.000,00
Consumo de Material	140.000,00
Despesa com o pagamento do principal de um empréstimo da entidade	170.000,00
Despesa com o pagamento dos encargos financeiros de um empréstimo da entidade	20.000,00

Os eventos apresentados no quadro acima podem, ou não, ter impactado no Resultado Patrimonial do exercício, você como Auditor do IFPA, ao analisar a relação de eventos descrita, precisa verificar se a informação produzida pela Contabilidade da Entidade está correta. Com base somente nos dados apresentados no quadro acima, assinale a alternativa em que se encontra o valor correto do Resultado Patrimonial do exercício financeiro, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP:

- A) Superávit Patrimonial de R\$ 100.000,00
- B) Superávit Patrimonial de R\$ 310.000,00
- C) Superávit Patrimonial de R\$ 720.000,00
- D) Déficit Patrimonial de R\$ 70.000,00
- E) Déficit Patrimonial de R\$ 190.000,00

#### **QUESTÃO 41**

No Balanço Orçamentário, pode-se encontrar um indicador denominado de Resultado da Execução Orçamentária, ou simplesmente Resultado Orçamentário, podendo ele ser superavitário ou deficitário, dependendo dos valores das grandezas que o compõe. Em que alternativa encontramos a fórmula para encontrar o Resultado Orçamentário de um exercício financeiro:

- A) Receita Realizada – Despesa Empenhada
- B) Receita Realizada – Despesa Liquidada
- C) Receita Realizada – Despesa Paga
- D) Receita Atualizada – Dotação Atualizada
- E) Receita Atualizada – Despesa Paga

#### **QUESTÃO 42**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, foi concebido para possibilitar, de maneira uniforme e sistematizada, o registro contábil de atos e fatos no setor público, proporcionando flexibilidade no gerenciamento e consolidação dos dados, atendendo assim às necessidades de informações dos que atuam na área pública. O PCASP é estruturado em 8 (oito) classes de contas, distribuídas em contas de 1 a 8, com informações de natureza orçamentária, patrimonial e de controle. As contas contábeis do PCASP, que apresentam os números iniciais 5 e 6, são de natureza (s):

- A) Patrimonial e Orçamentária, respectivamente.
- B) Orçamentária e Patrimonial, respectivamente.
- C) Orçamentária e Controle, respectivamente.
- D) Patrimonial, somente.
- E) Orçamentária, somente.

#### **QUESTÃO 43**

A seguir estão descritas duas colunas, a primeira apresenta os tipos de auditorias e a segunda coluna são as suas definições ou os seus significados. Relacione as duas colunas e em seguida marque a alternativa **CORRETA**.

- |                          |  |
|--------------------------|--|
| 1. Auditoria de Gestão   | ( ) É opinar sobre a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, conforme os Princípios de Contabilidade e as NBC.  |
| 2. Auditoria Operacional | ( ) É realizar a revisão, a avaliação e a respectiva emissão de opinião sobre os resultados obtidos pela empresa sobre análise, confrontando com o Planejamento Estratégico, com o Plano de Ação e o Plano Tático. |
| 3. Auditoria Contábil    | ( ) Apresentar subsídios visando melhorar a Gestão dos Recursos e Identificar aspectos da Ineficiência, Desperdícios e práticas abusivas, sob o prisma da: Economicidade, Eficiência e Eficácia.                   |

O relacionamento entre as colunas que apresenta a sequência **CORRETA** está em:

- A) 3; 2; 1
- B) 2; 3; 1
- C) 3; 1; 2
- D) 2; 1; 3
- E) 1; 2; 3

#### **QUESTÃO 44**

O Planejamento de Auditoria é a etapa do trabalho na qual o auditor estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada, elaborando-o a partir da contratação dos serviços, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, de modo que possa desempenhar uma auditoria eficaz. Assinale a alternativa que **NÃO** constitui uma recomendação, a ser considerada pelos responsáveis pelo planejamento da auditoria:

- A) A localização das instalações e o grau de integração entre elas
- B) Os mercados de atuação e sua participação neles
- C) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem utilizados, levando-se em conta a política de gestão de riscos da entidade
- D) a rejeição do uso de trabalho de especialistas na área de atuação da entidade auditada, sob pena de comprometer o sigilo inerente aos trabalhos
- E) a expectativa da entidade externada aos auditores internos antes do início dos trabalhos

#### **QUESTÃO 45**

Analise as assertivas de I a III, em relação as diferenças entre a auditoria interna e a auditoria externa, e em seguida, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Na auditoria interna o foco principal e o auxílio à alta administração na sua gestão, enquanto que na auditoria externa, o objetivo maior é a garantia da fidedignidade das Demonstrações Contábeis.
- II. Em geral o destino dos trabalhos do auditor interno são os sócios, a diretoria, os conselhos administrativos, fiscal por exemplo, e para os auditores externos, podemos destacar como destino principal das conclusões do seu trabalho os acionistas, credores e a sociedade.
- III. O grau de independência é, em todos os sentidos, o mesmo, em relação aos auditores internos e externos.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) I, II, III, estão corretas.
- B) I e II, estão corretas.
- C) I e III, estão corretas.
- D) somente a II, está correta.
- E) somente I, está correta.

#### **QUESTÃO 46**

A lei 8.443/92, trata da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – TCU, e em seu art. 9º, determina os documentos que devem compor a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno. Assinale a alternativa que integra a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, segundo o art. 9º da lei 8.443/92:

- A) relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas
- B) relatório resumido de execução orçamentária, de acordo com a lei Complementar 101/00
- C) balanço orçamentário, segundo as normas brasileiras de Contabilidade e o manual de Contabilidade aplicado ao setor público - MCASP
- D) relatórios do TCU, dos últimos 5 anos, visando acompanhar as orientações anteriores
- E) demonstrativos das aplicações financeiras e seu respectivo recolhimento do saldo, se houver

#### **QUESTÃO 47**

Segundo o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, que foi aprovado, através da Instrução Normativa 01 de 6 de abril de 2001, que definiu as diretrizes, princípios, conceitos, bem como, aprovou as normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a Prestação de Contas Anual do Presidente da República, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, será elaborada pela Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, conforme previsto no inciso VIII, do artigo 11, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, e terá a seguinte composição, **EXCETO**:

- A) relatório de Atividades do Poder Executivo
- B) execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
- C) relatório analítico da receita corrente líquida
- D) balanços da Administração Indireta e Fundos
- E) execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

#### **QUESTÃO 48**

Enunciado: “Esse risco de auditoria é a suscetibilidade de uma afirmação do auditor, a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados”

O enunciado acima citado, refere-se a um tipo de risco de auditoria, assinale a alternativa que atenda ao enunciado descrito:

- A) risco de amostragem
- B) risco de detecção
- C) risco de distorção relevante
- D) risco de materialidade
- E) risco inerente

#### **QUESTÃO 49**

A Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, estabelece as normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do tribunal de contas da união, nos termos do art. 7º da lei nº 8.443, de 1992. O art. 5º da IN 63/00 estabelece os relatórios de gestão e os processos de contas constituídos pelo TCU. Assinale a alternativa que corresponda ao tipo de organização dos relatórios de gestão e dos processos de contas que envolva mais de uma unidade jurisdicionada e for conveniente ao tribunal avaliar a gestão em conjunto:

- A) individual
- B) consolidado
- C) agregado
- D) composto
- E) analítico

#### **QUESTÃO 50**

A Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, estabelece as normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do tribunal de contas da união, nos termos do art. 7º da lei nº 8.443, de 1992. o art. 10º da IN 63/00 estabelece que serão considerados responsáveis pela gestão os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as naturezas de responsabilidade, tais como: ser ou ter sido dirigente máximo da unidade jurisdicionada; ser ou ter sido membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada; e ser ou ter sido membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade. O rol de responsáveis deve conter as seguintes informações, **EXCETO**:

- A) nome e número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) do responsável arrolado.
- B) identificação da natureza de responsabilidade, conforme descrito no artigo anterior ou na decisão normativa de que trata o art. 4º desta instrução normativa, e dos cargos ou funções exercidas.
- C) indicação dos períodos de gestão, especificamente discriminados pelos valores recebidos.
- D) identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, incluindo a data de publicação no Diário Oficial da União ou em documento de divulgação pertinente.
- E) endereço residencial completo.

### **QUESTÃO 51**

Segundo o art. 25 da lei 8.666/93, é um caso de inexigibilidade do procedimento licitatório:

A) na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição destes produtos durante as etapas de absorção tecnológica.

B) na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

C) para a aquisição por pessoa jurídica de direito público interno de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da administração pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do inciso XXXII deste artigo, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

D) para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.

E) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

### **QUESTÃO 52**

Em relação ao regime jurídico dos contratos administrativos, instituído pela Lei 8.666/93, confere à Administração, em relação a eles, determinadas prerrogativas (art. 58 seus incisos), **EXCETO**:

A) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, independentemente dos direitos do contratado.

B) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei.

C) fiscalizar-lhes a execução.

D) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

E) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

### **QUESTÃO 53**

Quanto à lei 10.520/02, analise as assertivas a seguir descritas e em seguida, responda o que se pede:

I. A fase preparatória do pregão observará, entre outros casos, que a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

II. dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.

III. a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Assinale a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A) I, II e III, estão corretas
- B) I e II, estão corretas, somente
- C) I e III, estão corretas, somente
- D) II e III, estão corretas, somente
- E) somente a III está correta

#### **QUESTÃO 54**

Agentes Públicos são todas as pessoas físicas incumbidas de exercer alguma função estatal, seja de forma definitiva ou de forma transitória, esses agentes desempenham suas funções nos órgãos aos quais estão vinculados, vale ressaltar que, os cargos e as funções são independentes dos agentes. Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Agentes honoríficos: são os agentes públicos que se vinculam à Administração Pública Direta ou às Autarquias por relações profissionais. Sujeitam-se à hierarquia funcional; são funcionários públicos com regime jurídico único (estatutários); Respondem por simples culpa ou dolo pelos atos ilícitos civis, penais ou administrativos que praticarem; Funcionários de para-estatais: não são agentes administrativos, todavia seus dirigentes são considerados funcionários públicos; Funcionários das Fundações Públicas: são agentes administrativo.

B) Agentes Credenciados: são particulares que, por delegação do Estado, executam atividade ou serviço público, em nome próprio, por conta e risco, mas sempre sob a fiscalização da administração pública. Apesar de colaborarem com o Poder Público, os agentes delegados não são considerados servidores públicos, pois não atuam em nome do Estado. A remuneração que recebem não é paga pelos cofres públicos, mas sim pelos usuários do serviço. São os concessionários e permissionários de serviços públicos, os leiloeiros, os tradutores públicos, entre outros.

C) Agentes políticos: exercem atribuições constitucionais. Ocupam os cargos dos órgãos independentes (que representam os poderes do Estado) e dos órgãos autônomos (que são os auxiliares imediatos dos órgãos independentes). Exs.: Presidente da República, Senadores, Governadores, Deputados, Prefeitos, Juízes, Ministros, etc. Exercem funções e mandatos temporários; Não são funcionários nem servidores públicos, exceto para fins penais, caso cometam crimes contra a Administração Pública.

D) Agentes delegados: os agentes credenciados são os que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade, mediante remuneração do Poder Público credenciante. Como exemplo, podemos citar quando é atribuída a alguma pessoa a tarefa de representar o Brasil em determinado evento internacional.

E) Agentes administrativos: so cidadãos requisitados ou designados, em função da sua honra, de sua condição cívica para, transitoriamente, colaborarem com o Estado mediante a prestação de serviços específicos, não possuindo qualquer tipo de vínculo com a administração, atuando usualmente sem remuneração. Enquanto desempenham a função pública, ficam momentaneamente inseridos na hierarquia do órgão. Exemplos de agentes honoríficos são os jurados, mesários eleitorais e os membros dos Conselhos Tutelares.



### **QUESTÃO 55**

Analise o enunciado a seguir e em seguida, responda o que e pede:

“..... é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2018, 43ª edição.).

O enunciado acima descrito, refere-se a um tipo de Poder, atribuído à Administração Pública de acordo com o interesse público. Assinale a alternativa que se refere o enunciado acima citado:

- A) Poder Vinculado
- B) Poder Discricionário
- C) Poder Regulamentar
- D) Poder de Polícia
- E) Poder Disciplinar

### **QUESTÃO 56**

O Direito Constitucional apresenta diversos tipos de classificações das Constituições dos países, entre esses tipos de classificações tem-se aquela que decorre do modo de ser elaborada (modo de elaboração). Assinale a alternativa que contém um tipo de Constituição, classificada em função do modo de elaboração:

- A) Promulgada
- B) Dogmática
- C) Rígida
- D) Prolixa (analítica)
- E) Formal

### **QUESTÃO 57**

Analise as assertivas e depois responda o que se pede:

I. Ela advém do controle concentrado de constitucionalidade e é promovida mediante ação judicial, e está prevista nos artigos 102 I, “a” e 103 da CF/88.

II. O que se busca nesse tipo de ação, a invalidação da lei ou ato normativo pelo Poder Judiciário.

III. Não pode ser objeto desta espécie de controle, por exemplo: as súmulas de jurisprudência; os regulamentos de execução ou decreto (ato normativo do Executivo); Norma decorrente de poder constituinte originário; lei municipal, pois a Constituição Federal só previu para federal e estadual.

As assertivas I, II e III, referem-se a uma espécie de controle concentrado de constitucionalidade que NÃO pode ser objeto, desta espécie, segundo o nosso Direito Positivo.

Assinale a alternativa que corresponda a espécie de controle concentrado de constitucionalidade, que NÃO pode ser objeto, desta espécie, segundo o nosso Direito Positivo, descrita nas assertivas I, II e III:

- A) ação direta de inconstitucionalidade.
- B) ação declaratória de constitucionalidade.
- C) arguição de descumprimento de preceito legal.
- D) mandado de segurança.
- E) mandado de injunção.

### **QUESTÃO 58**

A partir do art. 18 da Constituição Federal de 1988 é tratada a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, que compreende: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O art. 20 da magna carta, estabelece os bens da União. Assinale a alternativa que **NÃO** contém um bem da União, conforme determina a CF/1988:

- A) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, definidas em lei
- B) os lagos em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado.
- C) todas as ilhas oceânicas e costeiras.
- D) os potenciais de energia hidráulica.
- E) os potenciais de energia hidráulica.

### **QUESTÃO 59**

A lei orçamentária anual – LOA, é uma única peça de planejamento, contudo ela compreende os orçamentos: fiscal; da seguridade social; e de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. O Instituto Federal do Pará – IFPA, deve ser inserido na LOA, em qual (is) do(s) orçamento(s) a seguir descritos:

- A) seguridade social, somente.
- B) fiscal, somente.
- C) seguridade social e fiscal, somente.
- D) seguridade social e investimentos das empresas, somente.
- E) fiscal e investimentos das empresas, somente.

### **QUESTÃO 60**

O art. 167 da Constituição Federal de 1988, estabelece diversas vedações, no processo de planejamento e execução do orçamento público. Analise as assertivas a seguir propostas e em seguida, responda o solicitado, em relação às vedações do art. 167 da CF/88:

- I. é vedada à realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários, sendo essa regra mais flexível para os créditos adicionais.
- II. é vedada a abertura de crédito qualquer crédito adicional, sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- III. a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, exceto os empréstimos por antecipação de receita orçamentária pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- IV. é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

Assinale a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A) II, III e IV, estão corretas, somente.
- B) I, II e III, estão corretas, somente.
- C) I, III e IV, estão corretas, somente.
- D) II e III, estão corretas, somente.
- E) somente a IV está correta.